

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONHECER, EMPODERAR E MUDAR

University Extension: Know, Empower and Change

Sarita Amaro¹

Resumo

Há mais de três décadas, as universidades têm levado a comunidades desfavorecidas de todo o país inúmeras atividades educativas e sociais, por meio da extensão. No geral, são ações voltadas a qualificar ou favorecer o acesso ao trabalho, à renda, à saúde e a promoção da cidadania social das populações. Mas é preciso refletir sobre esse caminho e a melhor forma de trilhá-lo. A história da extensão reúne experiências desde tuteladoras e assistencialistas, até outras (na superação crítica do modelo anterior) de caráter emancipador, libertário, com foco na autonomização dos indivíduos. Acertar a “direção” social e política da extensão é, portanto, fundamental. Em atenção a isso, organizamos o presente artigo.

Palavras-chave:

extensão – empoderamento – mudança social

Abstract

For over three decades, universities have led to disadvantaged communities across the country numerous educational and social activities, through the extension. In general, actions are to qualify or promote access to employment, income, health, and the promotion of social citizenship populations. But one must reflect on that path and how best to follow it. The history of the extension brings experience from that upheld and welfare, until other (critical in overcoming the previous model) of emancipatory, libertarian character, focusing on the empowerment of individuals. Hit the social "direction" and the extension policy is therefore essential. In response to this, we have organized this article.

Key words

extension - empowerment - social change

¹ Assistente social, Doutora em Serviço Social (Brasil) Pós-doutora em Serviço Social (Portugal). Tem mais de 20 anos de experiência no ensino superior e na coordenação e realização de projetos de extensão universitária, com foco em ações comunitárias, de educação e saúde, sociais e urbanísticas. É autora dos livros *Visita Domiciliar: teoria e prática* (Papel Social) e de *Política Social, Assistência Social e Cidadania: novos tempos, novas críticas* (Paco Editorial), entre outros.

1. Apresentação

Há mais de três décadas, as universidades têm levado a comunidades empobrecidas do país inúmeras atividades educativas e sociais, com foco em áreas e demandas diversas. No geral, são ações voltadas a qualificar ou favorecer o acesso ao trabalho, à renda, à saúde e a diversos serviços sociais com vistas a ampliação da cidadania dos moradores das áreas atendidas.

Nesse sentido, ações culturais, de caráter formativo – que tratam da capacitação profissional, aperfeiçoamento de atividades artísticas, fortalecimento dos laços familiares, comunitários (de vizinhança), saúde humana, ecologia, meio ambiente e proteção de segmentos vulneráveis (como crianças, adolescentes e idosos) – dividem o cenário da extensão com outras de caráter material – cujo foco consiste na oferta de obras, bens e serviços, associados a melhorias habitacionais, urbanísticas, sanitárias e de renda.

Assim, a restauração de um centro comunitário, um projeto de proteção ambiental ou mesmo a realização de processos de educação social são as marcas da complexidade e diversidade da extensão. Os resultados são surpreendentes na melhoria da qualidade de vida e na crescente e contagiante valorização individual e coletiva das comunidades. Esse aprendizado, contudo não modifica apenas a vida dos moradores, mas de toda a equipe partícipe. Assim, cada um que já se envolveu em projetos de extensão, tende a tornar-se uma pessoa melhor, mais receptiva, menos individualista e mais solidária.

O conhecimento da realidade do “outro”, inicialmente fantasmagórico, transmuta-se na descoberta não só das dualidades e contradições da vida, como de potencialidades até então desconhecidas e inexploradas.

A experiência da assistente social e o gosto pelo trabalho comunitário, forjou nosso laço com a ação social extensionista, compondo nossa identidade no espaço acadêmico. Essa identidade tem se edificado, mediante o intenso protagonismo na planificação e coordenação de ações estratégicas voltadas a aproximar a universidade de comunidades e grupos excluídos, ao longo de duas décadas.

Falar, portanto, da extensão é resgatar uma história de desafios pessoais, profissionais e institucionais, que correspondem à magnitude dos compromissos sociais por que se identifica.

Nesses mais de 30 anos de extensão universitária, pessoas empobrecidas, discriminadas e socialmente excluídas, uniram-se a estudantes e professores, e por meio dos projetos de extensão, aproximaram-se de dirigentes de ONGs e de agentes comunitários e sociais diversos, constituindo com estes uma grande frente de trabalho social. Todos esses agentes foram “acionados” à ação comunitária pela universidade e, dentro desta, por um setor em expansão, denominado extensão.

É para demonstrar como a extensão se faz e se amplia a cada dia, tendo a potencialidade de cada sujeito que a exerce e a vocação que a universidade já assumiu como tochas, que escrevemos esse artigo.

2. Notas sobre o conhecimento da realidade comunitária

(...) o homem não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um “ser-em-situação”, (...) é também um ser da práxis, da ação e da reflexão. Nestas relações, transforma a realidade e condiciona sua [própria] forma de atuar [no mundo] (Freire, 2001, p.28)

Promover a cidadania e justiça social é um dos grandes desafios da sociedade atual, sobretudo nos tempos atuais em que o acirramento da desigualdade social e da miséria ganham evidência e magnitude.

A fragilidade das políticas públicas voltadas a atender o segmento popular e, não raro, a escassez de estratégias efetivas e eficientes de enfrentamento das questões sociais, afastam a população excluída de sua cidadania e agravam o quadro, já crônico, da pobreza social e política em que estão situados. Da inoperância institucional e da crescente ampliação da demanda social, resultam a agudização da desigualdade social nos centros urbanos e rurais, num cenário caótico em que indivíduos e famílias já empobrecidos são os principais protagonistas.

Idosos, pobres, desempregados, adolescentes e crianças, mulheres vítimas de violência, dependentes químicos, detentos do sistema carcerário e suas famílias, moradores de periferias urbanas, afrodescendentes, pessoas desrespeitadas em seus direitos, entre inúmeros outros segmentos, sabem a dor e a grandeza de ser divergente numa sociedade excludente e predatória. Essas multiformas de exclusão vão se enraizando e se tornam invariáveis, onipresentes e massificadas, a ponto de se tornarem naturalizadas. As pessoas “aprendem” a conviver com essa dura realidade. Em sua estratégia elementar, acomodam-se a esses desumanismos como se anestiassem as dores que lhe causam. E, assim, o tempo vai passando, na incerteza e descontinuidade da renda, no “cai-não-cai” do casebre, no “paga-hoje-amanhã-não-paga” do aluguel, na fome silenciada, no medo do futuro.

Tanta precariedade acarreta não apenas a deterioração da imagem social atribuída como da própria auto-imagem dos indivíduos, demarcando novas e mais desiguais fronteiras sociais no acesso ao trabalho, à escola e à convivência social com indivíduos de classes sociais e zonas de moradia diferentes.

É o fenômeno da pobreza material se tornando outra coisa, coisa feia, coisa mais grave: a pobreza em suas várias facetas torna-se uma aguda miséria política, em que a tutela, o conformismo, a subordinação, a sujeição, afastam o sujeito do encontro consigo próprio e sua dignidade.

Desse lugar marginalizado, moradores lançam mão de estratégias rudimentares: escamoteiam o endereço onde residem para não chamar nenhuma atenção estigmatizante para si, omitem serem portadores de doença grave na candidatura ao trabalho, dão ênfases a apelos e pedidos de ajuda material quando atendidos pelas equipes, optam por não informar a etnia que representam, num escape a uma provável rejeição.

Conhecer essa realidade sem estereotipá-la, nem romantizá-la, é necessário. Não se trata apenas de saber dados relativos a indicadores sociais sobre a comunidade em que se vai atuar. Referimo-nos, antes de tudo, à disposição para conhecer a complexidade comunitária, acompanhada de uma atitude de não-julgamento e de um efetivo interesse em apoiar o desenvolvimento dessas comunidades.

3. Realidade e totalidade concreta

Na filosofia materialista a categoria da totalidade concreta é, sobretudo, e em primeiro lugar a resposta a pergunta: que é realidade? (KOSIK, 1989, p.34)

*“A realidade não está contida na cotidianidade, imediatamente, mas em sua totalidade”
(Kosik, 1989, p.72)*

A palavra realidade vem do substantivo latino *res* que significa “coisa”. A realidade é, portanto, um domínio de coisas, com referencia a vida objetiva. *A priori*, a noção de realidade objetiva faz referência a algo que supomos ser universal e que tenha natureza concreta, factível. O pensamento científico tradicional, baseado no trato das ciências naturais, sedimentou essa visão e a disseminou, atingindo várias áreas de conhecimento, inclusive as ciências sociais aplicadas.

Entretanto, para Kosik (1989), “a realidade social existe não apenas sob a forma de objeto, de situação dada, de circunstâncias, mas sobretudo, como atividade objetiva do homem, que cria as situações (...) A situação muda, desenvolve-se e o sujeito marcha paralelamente a ela” (Kosik, p.120). Mais que isso:

A totalidade materialisticamente entendida é criação da produção social do homem” [seja ele o sujeito profissional visitador ou o sujeito ou grupo visitado] (kosik, 1989, p.52).

De fato, para o materialismo, a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade², se conhece a realidade social como unidade dialética com a base e a super-estrutura e o homem como sujeito histórico-social. A realidade não é conhecida como totalidade concreta se o homem, no âmbito da totalidade, é considerado apenas e, sobretudo, como objeto. (KOSIK, 1989, p.44)

Isso significa que a concepção da totalidade, no pensamento marxista, é pressuposto à compreensão racional da realidade e ao surgimento de uma nova qualidade analítico-crítica acerca da gênese, dinâmica e assimetrias da realidade: “a criação da totalidade como estrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes” (Kosik, 1989, p.50)

² Para Kosik, a *pseudoconcreticidade* da vida cotidiana seria como um cotidiano nebuloso e de sentido ambíguo, cuja essência fenomenal aparece de uma forma parcial, às vezes distorcida, dando uma falsa idéia de verdadeiro. Isto é, na pseudoconcreticidade, os fenômenos aparecem de forma superficial, fetichizados, manipulados, com uma idéia mascarada (...) da atividade social dos homens (GUIMARAES, 2002:30).

A realidade é, portanto, uma expressão da materialidade da vida social e, ao mesmo tempo, um processo que resulta da criação humana. Deriva da existencialidade, dos condicionantes sociais, mas também dos significados atribuídos, dos valores, dos interesses, dos comportamentos, dos sentimentos, da racionalidade e, principalmente das relações sociais.

Assim, quando realizamos a extensão, sobretudo nos primeiros contatos com as comunidades, nem sempre se consegue apreender a realidade em sua totalidade. Primeiro, por que a realidade é apreendida e concebida conforme o caminho explicativo do profissional visitador.

O perigo – alerta Kosik – é a realidade deixar de ser, como nos lembra Kosik (1989, p.121) “aquilo que ela é objetivamente, uma totalidade concreta”, a cada momento em que se petrifica a situação, ao aprisioná-la a uma visão simplificada ou redutora, assentada em uma concepção fetichizada e performática da realidade social. E complementa:

O homem capta a realidade e dela se apropria com todos os sentidos, como afirmou Marx, mas estes sentidos que reproduzem a realidade para o homem são eles próprios um produto histórico-social. Não criticamos o sociologismo por ser voltar para a situação dada, para as circunstâncias, mas por não compreender o significado da situação em si mesma (...) A situação por fora da história, a situação sem sujeito, constitui não só uma configuração petrificada e mistificada, mas ao mesmo tempo uma configuração destituída de sentido objetivo. Sob este aspecto as condições carecem daquilo que é mais importante, também do ponto de vista metodológico, isto é, um significado objetivo próprio, e recebem, ao invés um sentido ilegítimo conforme as opiniões, os reflexos e a cultura do cientista (Kosik p.120-121)

Segundo por que à primeira vista, o que imediatamente aparece é a pseudoconcreticidade e não a totalidade concreta. Urge, portanto, não “confundir a pseudoconcreticidade com a concreticidade, e não se tornar prisioneiro da intuição fetichista, cujo produto é a má totalidade” (Kosik, 1989,p.50)

Quando a realidade social é intuída via falsa consciência, não se vê a totalidade, mas a falsa ou má totalidade. Ou seja: se considera as situações, os fatos como “já dados”, ou seja, presumidos ou previstos, e sem compreendê-los no contexto da subjetividade (do individuo) que dialeticamente os constrói, enfrenta ou supera.

Kosik, dedicado ao esclarecimento dessa problemática, enfatiza: a falsa totalidade manifesta-se sob três aspectos fundamentais: a) como totalidade *vazia*, em que predomina a apropriação da realidade a partir de uma análise fragmentada que toma os fatores isoladamente; b) como totalidade *abstrata*, em que a razão organiza o todo, formalizando-o teoricamente, desprovido da gênese e do desenvolvimento originais da realidade, descaracterizando sua concreticidade e c) como totalidade *má*, em que o sujeito autêntico foi adulterado e mascarado, ao ser substituído pela mitologização ou fetichização que se produziu a seu respeito, e passou, reificadamente, a referenciá-lo (conf. Kosik, 1989, p.53)

Sob a lente maniqueísta e redutora da falsa consciência, o profissional converte-se, segundo Kosik (1989) em “manipulador, o qual não tem diante dos olhos

a obra inteira, mas apenas uma parte da obra, abstratamente removida do todo, parte que não permite a visão da obra no seu conjunto” (Kosik, 1989, p.64)

Tal caráter coisificado da práxis refere-se tanto à obra que se cria ou do que dela resulta, como ao sujeito que a realiza: “em sua práxis reificada e mistificada, o homem é absorvido pelo mero ocupar-se e não pensa na obra, nem no fato de que ao transformar-se em manipulador, transforma sujeitos em objetos de manipulação” (Kosik, 1989, p. 64-66, passim).

O imperativo que se coloca é, segundo AMARO (2014), dedicar-se a observar - para conhecer e compreender – a totalidade significativa da vida do sujeito, manifesta em suas narrativas pormenorizadas, nas conversas trocadas, sem descartar sua correlação com as inúmeras situações e expressividades observadas.

Isso implica ver a obra em seu conjunto, isto é, reconhecer que “cada coisa sobre a qual o homem concentra o seu olhar, a sua atenção a sua ação ou a sua avaliação, emerge de um determinado todo que a circunda” (KOSIK, 1989, p.25). Mas atenção: o “todo” da realidade não se apresenta imediatamente, nem significa um aglomerado de fatos ou situações. Kosik esclarece:

totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular (somar) todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. O concreto, a totalidade, não são todos os fatos, o conjuntos dos fatos, nem o agrupamento de aspectos, coisas e relações. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta à medida em que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos, o conhecimento da realidade não passa de mística. (KOSIK, 1989, p.35/36)

Ou seja, a realidade, entendida enquanto totalidade supõe alusão à concreticidade e tudo o que diz respeito a dialética do “ser” no mundo social. Nessa perspectiva, a vida de cada sujeito, assim como sua casa ou a comunidade em que habitam revelam-se territórios ou expressões de sua realidade social. Sobre isso comenta Morin: o conhecimento não é insular, mas peninsular isto é, para conhecer cada sujeito, e sua história e condicionantes, “temos de ligá-lo ao continente do qual faz parte, ou seja, ao contexto, à casa, ao lugar de “ser”, no qual o indivíduo se referencia” (Morin, 1999, p.26).

Nesse sentido, segundo Amaro (2014, p. 39-40), o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. Complementarmente, território é, também, sinônimo de subjetivação, ou seja: é o conjunto de projetos, representações, comportamentos, sonhos, interesses e investimentos (sociais, políticos e culturais) do sujeito, e que são organicamente, reveladores tanto do lugar que o indivíduo ocupa na sociedade, como de seu percurso social.

4. Desafios às equipes extensionistas

4.1. Quebrando muros

Adentrar no mundo do outro, aceitando e abrindo-se a sua interação é condição fundamental da extensão universitária. Mas sua efetivação não constitui tarefa fácil.

Apesar de ser bastante comum a adesão de extensionistas a projetos geograficamente situados em localidades distantes, inicialmente o próprio afastamento de seu território de referência pode se revelar um obstáculo à vinculação de muitos acadêmicos à extensão universitária, com foco na ação comunitária.

Tudo porque, afastar-se do ambiente, relações e situações conhecidas, *a priori* representa uma ameaça a tudo o que se considera conhecido, seguro e sobre o que se tem relativo poder e controle. Sair de “casa” implica esse risco e, ao mesmo tempo, essa abertura e proximidade com o estranho, o sinistro, o inesperado, o desconhecido. A sensação de vulnerabilidade acaba se revelando uma condição-teste, que define a opção em favor ou não da adesão à vivência extensionista.

Romper com esse muro constitui o primeiro de uma série de desafios dirigidos antes ao mundo do próprio extensionista (valores, expectativas, medos, preconceitos, ...) do que ao mundo social em que irá atuar. Afinal, abrir-se à extensão requer um exercício permanente de pluralidade, flexibilidade e respeito à diversidade. Sem esse conteúdo valorativo, pode-se comprometer a qualidade do trabalho social orquestrado.

Tudo por que o centro de toda ação comunitária é a *relação humana*. A mensagem de promoção da cidadania que se quer fertilizar é gestualizada e tonalizada na relação estabelecida com a comunidade. Se esses valores não estiverem presentes, já nos primeiros contatos do(a) extensionista/equipe com a comunidade se construirá ruídos em lugar de diálogos. Portanto, atenção para a formação prévia e a capacitação das equipes extensionistas.

Muitas vezes, parte da equipe ou mesmo um de seus membros, dotado de uma posição equivocada (que pode ser uma atitude tuteladora, onisciente, higienizadora ou de aculturação) prejudica todo o trabalho programado, dificultando a conquista da confiança e aceitação da equipe pela comunidade.

Aos coordenadores das equipes cabem, portanto, orientar o que dizer e como agir junto a cada comunidade específica, bem como, acordar sobre como e quando são efetuadas as reformulações nas estratégias e ações pré-planejadas.

4.2. Mudança e transformação social juntas

“...aprender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado.”(Iamamoto, 1999, p.28)

Diante da cronificação da crise social e dos processos de exclusão, é comum que a extensão e mesmo os atores que a exercem sofram ataques críticos relativos à efetividade de sua ação na realidade. Indagações como: “O que vocês vão fazer lá? Vocês acreditam que vão ajudar a mudar aquela realidade difícil?”, misturam-se a afirmativas como: “Não adianta fazer nada na base, tudo depende da mudança nas

estruturas ou das estruturas". Esse tipo de argumento, no geral, tira o sono de quem faz a extensão, independentemente de estar na gestão ou ação de base.

As afirmativas acima citadas lançam suas farpas não às equipes, mas às comunidades atendidas, *ao expressarem uma inegável descrença no homem simples, uma subestimação de seu poder de refletir e mudar sua realidade (Freire, 2001, p.46)*

Tendo como corrente que se pretende realizar um trabalho social competente e conseqüente na extensão, o primeiro ponto geralmente posto à problematização é, geralmente, a curta duração dos projetos. *A priori*, o tempo curto de muitos projetos de ação comunitária parecem ser o ponto frágil da extensão.

Por discordarmos disso, apresentamos a seguir nossa visão crítica sobre esse tema e sua complexidade. Se a extensão se colocasse como "solucionadora" dos problemas sociais locais, realmente o tempo de um semestre ou mesmo de dois anos pode ser considerado escasso, lançando, por conseguinte expressivas dúvidas sobre a qualidade e resolutividade da ação orquestrada. Aliás, sabemos que governos municipais, mesmo aliados a outras forças sociais (como empresas e outras esferas governamentais) não chegam a dar conta desse feito.

Contudo, como já observamos, não é compromisso nem objetivo da extensão substituir ou desobrigar os governos de sua missão ante a sociedade. Ao contrário, *a extensão deve ser realizada, considerando o compromisso social da universidade (...), preferencialmente em articulação com as administrações públicas (Serrano, et al., p. 25)*

Assim, não está no horizonte da extensão "resolver" problemas, mas sim contribuir a sua "superação", numa linha mais político-pedagógica do que pragmática ou de prestação regular de serviços sociais. Desse modo, o tempo aparentemente escasso da duração dos projetos extensionistas, acaba por corresponder ao dimensionamento crítico de sua missão, assegurando que a extensão não saia de seus trilhos.

Em outras palavras, o tempo funciona como um regulador: se reduzido demais, pode comprometer o vínculo da equipe com a comunidade e dificultar que o trabalho se desenvolva e efetive; se demasiadamente longo, pode comprometer a identidade da equipe – a qual pode confundir-se com a população nativa ou com a função de governo – acarretando equívocos de ordem social, cultural e política, nas ações e comportamentos que passa a influenciar.

O pano de fundo desse tensionamento é, no entanto, ideológico. A extensão, de tradição crítica, fortemente influenciada pelo pensamento marxista, carrega em sua cultura a herança da utopia revolucionária.

Certamente, são muitas as correntes que servem de bússola à edificação, direcionamento e fortalecimento da extensão na educação superior. Ocorre que, ao longo do tempo, no interior do próprio marxismo, defendeu-se diferenças fundamentais entre os processos denominados revolução, transformação e mudança.

A ditadura do proletariado, a humanização da sociedade e a prática autogestionária popular foram idéias concebidas como frutos ou resultados finais de um processo de transformação estrutural de modelos político- econômicos de uma dada sociedade.

Enquanto marxistas clássicos ainda perseveram na defesa dessa teorização, marxistas contemporâneos, menos ortodoxos, começam a dialogar com outra hipótese de revolução: admite-se que a revolução pode ser construída gradualmente, no cotidiano.

Não se trata de colocar na agenda da revolução uma cultura etapista em que fases seqüenciadas supostamente gerariam processos sociais complexos. A questão aqui colocada refere a descoberta de que a revolução é processo gerado microscópica e cumulativamente a cada ato individual ou coletivo de recusa, denúncia e resistência.

Pensadores como Agnes Heller, Jürgen Habermas, Félix Guattari, Humberto Maturana, Fritjof Capra, Edgar Morin e Pierre Levy confirmam esse itinerário de dentro para fora, do micro ao macrocosmos, na construção da revolução. Mais que isso: nos convidam a inverter, ampliar e complexificar a lente e a relação estabelecida com a realidade, com vistas a perceber que a revolução deve ser pactuada, fomentada e ativada a cada dia.

A “revolução nossa de cada dia” é a janela do cotidiano. Seja ela assim concebida ou mesmo ignorada nessa sua condição, permanece sendo ação imanente e imanada dos sujeitos, manifesta em gestos capazes de quebrar, gestar, renovar, fortalecer, subverter as estruturas de saber e poder vigentes. Queremos dizer com isso que é oportuno considerar que não há divisórias ou qualquer tipo de hierarquização que justifique o estranhamento entre revolução, transformação e mudança, a considerar sua unidade constituinte.

4.3. O empoderamento dos excluídos

A extensão não é processo que reduz sujeitos à condição de objetos, reservados a uma passividade e gratidão diante dos saberes, vivências e recursos que o extensionista lhe acessa. Ao contrário, é processo que dialetiza a história social dos sujeitos, em favor da quebra dos conformismos, das desigualdades e das formas mais sutis de desumanização.

Essa condição revolucionária da história dos sujeitos, contudo, não pode ser iniciada do lado de fora, na sua exterioridade, mas exige ser interiorizada, segundo a subjetividade de cada indivíduo.

Em vista disso, precisamos, antes de tudo, nos ocupar de incitar cada sujeito comunitário para formular e gestar sua própria revolução. O único caminho possível para empreender essa ação é o empoderamento.

Na linha do empoderamento trabalha-se tanto na “maximização” da potencialidade do indivíduo (competências, habilidades, ética e cidadania), como na “redução” de suas vulnerabilidades (medos, preconceitos, traumas e intolerâncias).

No sentido de efetuar esse movimento, cumpre inicialmente compreender que compromisso principal da ação extensionista é dar suporte à autonomização dos indivíduos. O longo caminho da compreensão à ação implica uma mudança paradigmática de base, tanto nos conceitos de quem “sabe” e de quem “pode” como no conteúdo das propostas de enfrentamento da exclusão social.

Fazer com que emirjam da própria comunidade, não apenas as alternativas que irão nortear os primeiros passos da transformação e da qualificação das relações sociais, mas principalmente contribuir ao empoderamento e criação de um novo sujeito social, partícipe, atuante e cooperativo, produtor de si mesmo e de sua cidadania na sociedade em que habita.

A conscientização é o motor desse processo emancipador e emancipatório – em que os indivíduos refletem, analisam, propõem, criticam e agem, exercendo seu potencial enquanto sujeitos construtores de sua história – e também que se revela um importante processo auto-gestionário de revolução, de ruptura com o assujeitamento e a subserviência historicamente impostos às classes empobrecidas.

As pessoas aprendem a ver que têm poder e saber e que são elas mesmas as melhores lideranças que têm. Também descobrem que não estão sós, nem na sua dor, nem na sua luta. E, assim, cada um no seu ritmo e jeito próprio vai aprendendo a gerar suas novas e efetivas “liberdades”. Esse aprendizado, funciona como força motriz de toda biografia do indivíduo, sedimentando tudo o que se almeja realizar, seja a alfabetização, seja a organização da cooperativa ou mesmo a aquisição do novo emprego.

A autopromoção e autonomização, enquanto processo e resultado do empoderamento do indivíduo se manifestam/ constroem mediante o(a):

- fortalecimento dos laços comunitários e da identidade social coletiva
- valorização e fortalecimento do saber popular, a partir da demonstração de seu domínio cultural, social, criativo e estratégico
- circulação de informações, tanto culturais como sociais entre os diferentes segmentos e entidades da comunidade
- vivência participativa, pelo compartilhamento de experiências, percepções e interesses oportunizados
- protagonismo ativo voltado a sua auto-promoção e autonomização mediante a participação no projeto
- exercício da cidadania em sua plenitude, a partir do momento em que a pessoa aceita o convite para observar criticamente sua situação social, prospecta alternativas a sua superação e se reapropria de sua capacidade crítica, planificadora e auto-gestionária.

4.4. A valorização de bases imateriais para o fortalecimento da cidadania

Cidadania e realização são processos tão complexos e, espetaculares que para pensá-los geralmente remetemos a uma utopia comum: os conceitos de paz, liberdade e igualdade, guardados no sonho etéreo da harmonia e felicidade plena. Mas a cada novo ato ou processo da ação comunitária devemos nos indagar: A realização provém do acesso a bens e à aquisição material? E esse processo é pleno ou efêmero? E a cidadania é plena ou efêmera? A cidadania se revela na materialidade e a transcende? Como podemos abastecer a cidadania de um indivíduo ou grupo social, subvertendo o histórico de submissões e exclusões que lhe tem sido imposto ?

A resposta a essas (e outras) perguntas não se organiza de imediato, nem tampouco se conjuga na solidão. Comunidades isoladas e pessoas encarceradas em seu individualismo, sofrem as agruras dessa falta de respostas. Apenas quando se abrem à experiência comunitária, é que experimentam o desvendamento crítico tanto das dificuldades como das alternativas a sua superação. E, ao passo que limites e potencialidades são socializados e politizados, a mudança vai sendo tecida. Descobre-se que o problema material esconde problemas imateriais, como o imobilismo, a desesperança, o conformismo, o aceite do assujeitamento.

Como resultado, a mesma ação que responde a uma preocupação material do indivíduo, como reformas habitacionais, também permite a ele a reflexão sobre suas condições de se desenvolver, enquanto elemento ciente da sua capacidade, de seu compromisso com o coletivo e de seu direito a cidadania plena.

Na essência do protagonismo vivo nas atividades comunitárias, literalmente, brotam o exercício da cidadania e a construção de espaços, competências, socialidades e mediações capazes de produzir melhores condições de vida individual e comunitária. Para além da materialização dos resultados na realização desses processos e conquistas, cumpre ver que a ruptura com o individualismo, a descoberta e insurreição política dos sujeitos (ao falar , ao erguer o braço, a voz, para dizer seu interesse e defendê-lo) também representam expressivamente tanto processo como resultado. Ou seja: pedagogicamente, o sujeito aprende a agir politicamente e se “afirma” nessa condição. Esse movimento, cultural, político e social, possibilita a recriação/ampliação do espaço ocupado por cada indivíduo/coletivo na sociedade (na geopolítica do município), no acesso aos serviços públicos, nos espaços de trabalho e geração de renda, na atenção governamental a sua “causa”, seja na agenda educacional, ou mesmo da saúde pública, que apesar do caráter universal, raramente atende as suas demandas locais, cada vez mais agudas.

O movimento de regularização fundiária, a recuperação da humanidade materializada numa moradia digna e fora do risco, a organização de cooperativas, o resgate do auto-cuidado e da saúde preventiva, bem como o aprendizado da cultura participativa como estratégia de enfrentamento de dificuldades coletivas constituem hoje, um importante capital político para a gestão da vida cotidiana das comunidades com que trabalhamos.

Esse resultado, inalienável, torna o sujeito gestor e produtor de si mesmo. Assim, cada encontro, proposta, idéia ou reunião se converteu num espaço potencial de gestação da mudança, de mudanças. E o diálogo e a construção democrática são os vetores dessa revolução. A experiência do diálogo, no compasso da democracia, representa em cada sujeito ao mesmo tempo libertação e esperança. Libertação de medos, mitos, estereótipos e “lugares” sociais atribuídos. Esperança de dias melhores, mais justos e que o “para todos” deixe de ser uma expressão vazia.

4.5. A solidariedade como rede e não como exército

Temos defendido (Amaro,1995;2001) a necessidade de romper a cultura paternalista, assistencialista e redutora que assombra a ação extensionista, sob pena de comprometer o rumo, a qualidade e mesmo a identidade dos processos realizados/desencadeados.

Nesse movimento, o *fazer vertical*, de caráter invasivo – com foco na unilateral transmissividade de saberes e no aculturamento de uma comunidade – promovido por um *exército* de agentes sociais, cede lugar ao *fazer horizontal* de caráter interativo e dialógico – com foco na plural troca e complementariedade dos saberes – promovido por uma rede de agentes sociais (nativos e visitantes).

Para que isso ocorra é preciso que se trabalhe a solidariedade como *exercício de cidadania*, dentro da cultura local e suas formas particulares de organização social. Isso implica, segundo Freire (2001), a adoção da dialogicidade, como caminho metodológico:

o diálogo é o encontro amoroso dos homens, que mediatizados pelo mundo, o 'pronunciam', isto é, o transformam, e transformando-o, o humanizam para todos. Este encontro amoroso não pode ser, por isto mesmo, um encontro de inconciliáveis. (Freire, 2001, p. 43)

Na esteira da cultura dialógica, nutrem-se de humanização as relações compartilhadas no trabalho comunitário, à medida que se propõe, promove e vivencia o poder transformador da solidariedade, cuja alquimia é capaz de transmutar vulnerabilidades em potencialidades. Nesse sentido, cumpre, em meio aos processos desenvolvidos, esclarecer e demonstrar que a superação do cotidiano decorre da ação individual dos sujeitos, enriquecida e ampliada pela força da coletividade constituída. É a metáfora da andorinha, que solitária não “faz verão”.

Ao passo que vão sendo tecidos os argumentos, discursos e vivências associados a essa visão emancipatória, qualificam-se e humanizam-se as relações sociais *na* comunidade e *da* comunidade com outros setores da sociedade.

Um resultado bastante comum desse processo tem se revelado ao término dos projetos ou ações extensionistas, em que as comunidades dão continuidade a atitudes, culturas, práticas e processos realizados. Enquanto ensaiam essas práticas, a perfilam para si e mesmo sem “saber-que-sabem-fazer” vão transformando aquela tecnologia, prática, conhecimento ou vivência em “coisa sua”, em patrimônio da própria comunidade.

Essa apropriação cultural dos bens imateriais derivados do trabalho com as equipes, representa uma importante conquista: a concretização dos primeiros (ou renovados) passos autônomos das comunidades na defesa de seus interesses.

É muito comum ver cooperativas e outras formas de organização social serem recriados e aproveitados pelas comunidades a partir da vivência de projetos de extensão.

Em 1992/3 participamos pela PUCRS da implementação do Projeto Prorenda, atuando junto a Comunidade do Bairro Mato Sampaio-Fátima ou *Vila Divinéia* como era conhecida pelos moradores. Naquela ocasião, a equipe multiprofissional implementou comitês de planejamento e gestão urbana, que funcionavam mediante uma estrutura colegiada³.

Anos depois do término do projeto, descobrimos que práticas democrático-participativas no bairro continuavam ativas, tendo-se preservado a estrutura física do comitê local (agora cedida a um serviço da comunidade), sendo fortalecida a vivência participativa na politização da ação comunitária tanto de lideranças como de grupos sociais existentes, bem como a criação de novos espaços de expressão e representação comunitária.

5. Reflexões finais

*5.1. Uma vida nova, de dentro pra fora*⁴

³ Constituídos de representantes de organizações não governamentais e organizações governamentais ativas na localidade, as quais tinham espaço, vez e voz nas deliberações relativas à planificação estratégica de ações sociais e urbanísticas no bairro.

⁴ Texto extraído do Relatório do Projeto Comunidade Viva, realizado em 2004 e financiado pela Pioneer Sementes Ltda.

Uma moradora me disse isso no meio das nossas caminhadas no Mutirão da Limpeza. Na hora, pensei que estava exagerando. Creio que ela percebeu e disse – reforçando sua fala – “É verdade, tô outra pessoa!” Entendi a mensagem, então. De fato, cada um de nós que atuou no projeto sempre desejou ouvir essa frase. Mas, pensei: fizemos tão pouco...

Mas como a própria dona “E.” disse: “Essa revolução aconteceu mesmo e foi rápido agitando a sua vida de dentro pra fora”. Tudo começou com sua participação no projeto, inscrevendo-se para alguma oficina. Vaidosa, logo se encantou com a oficina de estética e desde que começou não conseguiu mais se desapegar, passando a participar da oficina casa criativa e do mutirão da limpeza, ativamente.

A participação nas atividades tem fortalecido sua auto-estima (no auto-cuidado, na valorização de si) e incrementado novos “saltos”, como o desejo/coragem de aprender a ler e a escrever (até então apenas assinava o nome e o fazia com dificuldade). Naturalmente responsável e motivada, a nova “E.”, contudo tem deixado aos poucos a timidez e tem tentado ser feliz, aproveitando com gratidão as coisas que a vida lhe dá.

Os olhos brilham contando a conquista do namorado novo – conquistado depois que entrou no projeto – e o uso inegociável do batom vermelho, que tanto gosta, e do preservativo, como auto-cuidado. Toda essa mudança “de dentro”, a gente pode ver no “exterior” sorridente, mais auto-confiante, com auto-estima, auto-cuidado e alegrias vitaminadas.

E, assim como a dona “E.”, muitas outras mulheres e homens passaram por essa revolução, que tem a ver com realização pessoal, mas também com um sopro novo de vida, a começar pela restauração da esperança em si mesmo.

5.2. Aprendi a sonhar, acreditei e estou realizando um sonho⁵

Essa é a fala da “A.” na televisão, contando da alegria quando soube que fora contemplada no Concurso Minha Casa. A mulher bonita, mas apagada pelas adversidades da vida, mora com a família numa casa com muitas precariedades. Mas isso desde os últimos dias de julho já é coisa do passado.

“A.”, que participou de uma série de oficinas (estética, casa segura) diz que é muito sonhadora e que chora à toa. Nos seus desejos, pensava em ter móveis bons e queria arrumar a casa. Como ela mesma diz, de tanto sonhar, realizou o que queria.

Dia desses, nos avistou no bairro e abanou pedindo que fôssemos em sua casa. Não deu. Na vez seguinte que fomos ao bairro, não avisamos e ela se surpreendeu quando nos viu batendo a sua porta. Também nós nos surpreendemos ao avistá-la toda pintada e cheirosa de creme.

Ela – se refazendo do susto – abriu o portão e enquanto nos convidava a entrar em sua casa nova, ia contando que estava pensando na gente, por isso havia se pintado. Disse que quando fica triste, vai pro espelho passa um creme e uma

⁵ Texto extraído do Relatório do Projeto Comunidade Viva, realizado em 2004 e financiado pela Pioneer Sementes Ltda.

pinturinha (entre as dicas aprendidas na oficina de estética) e logo aquela preocupação ou tristeza passa.

“A.”, que não nos esperava, mostra a casa im-pe-cá-vel. Tudo organizado, cerca de trinta dias depois da entrega da casa nova, é o sonho da “A.”, mas também é a realização do nosso. Ela confessa que há vezes em que olha em volta e nem acredita. Ainda está se acostumando – diz. Mas como sonhar é algo contagiante e cada sonho cede lugar a outros, “A.” está planejando outros vãos sociais, como voltar a estudar.

Enquanto isso, o beliche segue arrumado, a casa parece novinha em folha e o vaso de flores continua no centro da mesa, como no dia em que a equipe lhe entregou a casa toda reformada, mobiliada e decorada.

5.3. *E por que não falar em felicidade?*

Recorremos a Agnes Heller, para quem buscar e facilitar o acesso dos outros à felicidade, faz parte de nossa ética e dever. Heller reflete que a felicidade, de um modo geral, *consiste no reconhecimento e satisfação do carência de todos os homens, excluindo a servidão ou submissão do homem por outros homens.* (Heller, 1983, p. 170)

Nessa direção, todo e qualquer gesto solidário ou ato de amor, por mais simples que seja, converte-se numa ação inerente a essa “política pró-felicidade humana”: quando um indivíduo *reconhece o carência de todo o homem e tenta satisfazê-lo, em tal dever aprofunda suas raízes e também o valor do amor, tal como nele se enraízam também todos os valores das relações pessoais inter-humanas: amizade, amor, generosidade, compreensão, tato, compaixão e, em primeiro lugar, a bondade.* (Heller, 1983, p. 171)

Segundo Heller e por tudo o que vimos até aqui, pode-se afirmar que a extensão rumo ao encontro da felicidade. Afinal, ao passo que apostamos na humanização da pessoa por si mesma, fortalecemos seu processo de auto-descoberta e invocamos a geração de uma sociedade mais justa, mais democrática e mais humana.

Nos bastidores do jogo do simples e do complexo de cada ato que empreendemos, está o aprendizado de que *é preciso manter-se ao mesmo tempo corajoso e sensível, apreciar as alegrias da vida, como ver crescer as árvores, conversar com os amigos ou ficar junto com seus semelhantes (...). Mesmo nos piores momentos, deve-se ser capaz de ser feliz e saber gozar os simples prazeres da vida, daqueles que habitam qualquer circunstância.* (Heller, 1982, p. 204).

Se conseguirmos ensinar isso aos moradores e, ao mesmo tempo aprender com eles, podemos nos considerar completos e plenamente felizes.

Referências

AMARO, Sarita **Política, a máquina surrealista: da involução à revolução social.** *Dissertação de Mestrado.* Porto Alegre: PUCRS, 1995.

_____. *A assistência social como política pública: as relações de dívida em questão.* **Revista Debates Sociais.** Rio de Janeiro: CBCISS/ICSW n.º 58, ano XXXVI, , p. 141-144, 2001.

_____. **Visita domiciliar: teoria e prática.** Campinas, SP: Papel Social, 2014.

_____. **Visita domiciliar: guia para uma abordagem complexa.** Porto Alegre: AGE, 1ª ed.2003.

_____. **Memória do Projeto Rede Social Cara Limpa: criatividade, teatro e histórias em quadrinhos na luta contra as drogas.** Porto Alegre: AGE, 2004a.

_____. *Avança Boa Esperança: participação comunitária e empoderamento popular.* In: Calderón, Adolfo (org). **Coleção Socializando experiências** nº 4. Mogi das Cruzes: Editora da UMC, 2004b, p.50-65.

_____. *A felicidade de acordo com Agnes Heller: um ensaio radical, um convite irrecusável.* In: Albornoz, Suzana (org). **A Filosofia e a felicidade.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004c, p. 137-149.

_____. **Relatório do Projeto Comunidade Viva.** Santa Cruz do Sul. *Financiado pela Pioneer Sementes Ltda. 2004d, 295 p.*

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 11ª ed, 2001.

GUIMARAES, Gleny Terezinha Duro. *Cotidiano e Cotidianidade: Limite tênue entre os reflexos da teoria e senso comum.* In: Guimaraes, Gleny Terezinha Duro (Org). **Aspectos da teoria do Cotidiano: Agnes Heller em perspectiva.** Porto Alegre: Edipucrs, 2002: 27-36.

HELLER, Agnes. **Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia.** Entrevista a Ferdinando Adornato. São Paulo: Brasiliense, 1982. 204p.

_____. **A filosofia radical.** São Paulo: Brasiliense, 1983. 191p.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2ª ed., 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Trad. de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 5 ed, 1989.

MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento.** Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2 ed. 1999.

SERRANO, Rossana M. et. al. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária.** Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus(BA): UESC, 2001.